

38º Encontro Anual da ANPOCS
SPG 21 – Antropologia e Sociologia da Moral

Liderança e insulto moral na greve policial de 2011 no Ceará:

Um estudo das formas de acusação

Antonio Sabino da Silva Neto

Leonardo Damasceno de Sá

Caxambu – MG

2014

Liderança e insulto moral na greve policial de 2011 no Ceará:

Um estudo das formas de acusação¹.

*Antonio Sabino da Silva Neto*²

*Leonardo Damasceno de Sá*³

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar os discursos produzidos a partir das ações do Capitão Wagner de Sousa, líder da greve da Polícia Militar do Ceará no ano de 2011, ocasião que o consolidou como principal representante da categoria geral “trabalhadores da segurança pública”, agenciada pelas falas do líder. Nas reivindicações, apelas por consideração e por reconhecimento da condição de “pessoa” e de “cidadania” de policiais deu a tônica, além das questões de condições de trabalho e salariais.

Os representantes políticos do Governo do Estado do Ceará e o próprio governador, Cid Gomes, bem como seu irmão, Ciro Gomes, travaram duras lutas discursivas de mútua desqualificação moral com o Capitão. De parte a parte, Ciro Gomes e Capitão Wagner se acusaram mutuamente de bandidos, vagabundos, entre outras desqualificações morais que tiveram forte teor de hipermasculinidade nas trocas, ambos assumindo discursos de “macho”, de “homem” que não tem medo de ninguém, enfim, toda uma retórica da masculinidade guerreira foi acionada pelas falas dos dois.

Trata-se de constituir - através de entrevistas a policiais militares e reportagens vinculadas aos jornais televisionados e impressos -, incluindo as alterações entre os indivíduos já citados, como as percepções de praças e oficiais sobre a agressão moral praticada por oficiais e líderes do governo reverberaram no sentimento de

¹ Este esforço analítico se deu a partir de uma pesquisa realizada por um grupo de pesquisadores do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará, do qual fazemos parte, que consistia na compreensão de dois movimentos paredistas da Polícia Militar do estado do Ceará, o primeiro no ano de 1997 e o segundo no ano de 2011.

² Bacharel em Ciências Sociais e Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

³ Doutor em Sociologia. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

ressentimento da tropa em relação ao Comando Geral da PM, caracterizando-as como insulto moral, problema analítico central desta apresentação.

Destarte, Capitão Wagner congrega sentimentos compartilhados pelos atores sociais, que, mesmo não sofrendo violência física, sentiram-se agredidos moralmente por considerarem que as ações de desrespeito ao direito do outro também atingiram seu próprio direito. Desta forma, sua liderança se constitui por sua capacidade de evocar os anseios dos membros de baixa patente da corporação, através de seu carisma e de sua retórica, o que fez emergir um sentimento de ressentimento da tropa da Polícia Militar do Ceará em relação ao Comando Geral.

Dois Homens na política⁴

Capitão Wagner, aos trinta e cinco anos, caracteriza-se como liderança política dos trabalhadores da Segurança Pública cearense. Na apresentação de seu blog pessoal, utilizado entre os anos de 2010 e 2011, ressalta sua origem, ao afirmar que mesmo tendo nascido em São Paulo, seus laços familiares remetem ao estado do Ceará. Postando-se como homem de família, obediente as vontades paternas, Wagner de Sousa entra na Polícia para “realizar o sonho de seu pai, o qual queria ter um filho militar” (SOUSA, 2011). Ainda falando de si, contextualiza resumidamente a sua trajetória profissional, destacando-se como o segundo colocado no concurso para oficial, e trabalhando cerca de doze anos na PM do Ceará. Outro ponto importante para essa discussão está em perceber que em seu discurso de apresentação, o ator afirma que ficou “conhecido por reivindicar legitimamente os direitos dos policiais militares desde a Academia”. Jornais da cidade de Fortaleza corroboram com a auto-apresentação de Wagner de Sousa na PM, ao afirmar que sua história foi marcada por lutas, reivindicações e enfrentamentos ao Comando Geral da Polícia Militar.

Um requerimento enviado ao comandante geral da PM, na época, o coronel William Rocha, em 2009, teria sido o estopim das animosidades entre os oficiais superiores que comandavam a polícia e o capitão. No documento, Wagner Sousa fazia vinte considerações sobre os problemas crônicos e cotidianos da Corporação. Gritas antigas como os baixos vencimentos, falta de diálogo e a insatisfação, desta vez, de oficiais subalternos (tenentes) e

⁴ O imaginário social nordestino é repleto de personagens e histórias que representam condutas exemplares, cujas ações devem ser seguidas por aqueles que pretendem alçar a condição de “homem” nesta sociedade. São inúmeros os contos e as músicas que remetem ao modelo de “guerreiro”, a partir de um ideal que representa o chefe de família como provedor e detentor do mando da casa. Kunz (2006), Vieira (2012).

intermediários (capitães). O descontentamento dos praças, de tão recorrente, não era novidade e pouco comovia o andar de cima da PM e Secretaria da Segurança.” (Jornal O POVO 05/01/2012).

É possível notar que as relações entre Comando Geral da PM e o Capitão Wagner de Sousa mostraram-se conflituosas ao levar em consideração o surgimento de uma nova liderança, que se constitui a partir da deslegitimação social que é vivenciada pelos policiais. É a partir desse momento que se inicia uma maior aparição do Capitão Wagner como político.

Após sua inserção na política partidária no ano de 2010 como candidato ao cargo de deputado estadual, o Capitão passou a se destacar como um dos principais nomes da política cearense, travando embates discursivos com vários representantes do Governo do Ceará, entre eles o próprio Governador Cid Gomes e seu irmão, o ex-governador Ciro Gomes.

Ciro Gomes nasceu em São Paulo, e ainda na infância veio morar em Sobral, no estado do Ceará, cidade de origem de sua família. Iniciou sua vida política no movimento estudantil, sendo candidato numa chapa que concorria à direção da UNE. Posteriormente assume por duas vezes o cargo de deputado estadual no Ceará e por uma vez o de prefeito de Fortaleza. Deixa a prefeitura da capital cearense na metade do mandato para concorrer ao Governo do Estado do Ceará, apoiado pelo então Governador Tasso Jereissati. Após vencer o pleito, em seu último ano como Governador, é convidado por Itamar Franco para assumir o Ministério da Fazenda. Posteriormente se candidata por duas vezes a Presidência da República, não obtendo êxito. No primeiro governo Lula assume o Ministério da Integração Nacional, e em 2006 assume uma vaga na Câmara dos Deputados. Atualmente é Secretário de Saúde do Ceará, no governo de seu irmão, Cid Gomes.

Entre todos os seus anos de vida pública, Ciro Gomes adquiriu a fama de “não levar desaforos para casa”, como também passou a ser conhecido como “homem que não foge de uma briga” (BARREIRA, 2004). Inúmeras são as notícias na imprensa que destacam Ciro como participante de confrontos verbais ou físicos, a exemplo daqueles

realizados com manifestantes contra ações do Governo do Estado⁵ ou contra políticos adversários⁶.

Estas características de Ciro, segundo Irllys Barreira (2004), encadearam propagandas eleitorais de adversários no pleito de 2002 a Presidência da República, que questionavam a capacidade do político em administrar o país. O candidato José Serra, por vezes, apresentou em seus programas ocasiões em que o então candidato pelo PPS aparecia em discussões com políticos ou com eleitores. Em outros momentos, dando respostas consideradas machistas sobre a importância de sua então esposa Patrícia Pilar em sua campanha à presidência, Ciro responde “a minha mulher tem um papel fundamental. Ela dorme comigo”. Tais atitudes corroboraram para identificar o político como “polêmico”, tendo sido apelidado como Boca do Inferno, em alusão ao poeta Gregório de Matos.

Esta imagem passou a ser combatida pelo então candidato, ao tentar demonstrar que, na realidade, suas ações se caracterizavam como um homem verdadeiro, ao buscar “alusões de autenticidade e ao poder de indignação que aparecem mencionados como valores peculiares a um político autêntico” (BARREIRA, 2002. p.76) Desta forma, o perfil de Ciro Gomes surge de maneiras diferenciadas, passando muitas vezes entre o de homem corajoso e sincero para o de prepotente e agressivo.

A partir daqui, vamos relatar os conflitos entre o grupo do Capitão Wagner de Sousa e o grupo de Ciro Gomes, tendo a política estadual e a Polícia Militar cearense como os fios condutores do debate. Esta trama começou a ser tecida a partir das eleições de 2006, que representaram um marco nas disputas eleitorais no Ceará por assinalar o rompimento de vinte anos de hegemonia do grupo do PSDB no comando do estado. A construção desse processo foi articulada em nome do então candidato pelo PSB, Cid Gomes, irmão do ex-governador Ciro Gomes, político que participou ativamente da

⁵ Exemplo está em conflitos contra professores e estudantes da UECE, após a deflagração de uma greve das universidades estaduais do Ceará. Pode-se acessar o link, em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/11/04/noticiasjornalpolitica.3157701/ciro-gomes-rasga-cartaz-e-discute-com-manifestante.shtml>

⁶ Exemplo está em conflitos com correligionários da ex-prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, entre eles o vereador Ronivaldo Maia, chegando a agressões físicas. Pode-se acessar o link, em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/o-pau-comeu-entre-ciro-gomes-ronivaldo-maia-elaene-rodrigues-e-roberto-brandao/>

consolidação do grupo do PSDB no Ceará e que sucedeu Tasso Jereissati no comando do estado nos anos de 1991 a 1994.

Os Gomes propuseram para a Segurança Pública uma nova reformulação, ao desenvolver o discurso de eficiência por meio de um novo programa intitulado Ronda do Quarteirão, baseado na política de policiamento comunitário⁷. Este projeto procurou se diferenciar do modelo que há anos era encarado como “natural” na polícia cearense⁸. Pretenderam engajar uma série de inovações na estrutura de funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade, rompendo com práticas consideradas pela administração como corporativas e desonestas. Contudo, a PM cearense continuou a ser caracterizada como instituição hierárquica, cuja base de dominação se manteve diretamente ligada ao modelo pedagógico trabalhado por sua cúpula na formação dos quadros de oficiais e de praças. (SÁ, 2002). Este modelo de gestão do espaço coletivo garantiu a corporação militar um rígido controle hierárquico em sua estrutura. Nesta, os cabos e os soldados não têm o poder de comandar, exigindo-se destes uma postura disciplinar eminentemente de obediência as ordens superiores.

Somados aos modelos de seleção e formação dos novos policiais, se enquadraram outros moldes de segregação dentro da polícia que propiciaram o descontentamento dos policiais que estavam na ativa antes da implantação do Programa Ronda do Quarteirão. O presidente da Associação dos Cabos e Soldados Militares do Ceará (ACSMCE), Flávio Sabino, discorre sobre as problemáticas da segmentação:

“como a gente disse no início dessa entrevista, dentro da própria instituição, (o novo policial) com um nível de fardamento diferente, de coturno diferente, de viaturas de valores milionários, com toda uma estrutura diferenciada, com a mídia em cima, como a polícia da boa vizinhança, e a gente, [policiais que entraram na corporação antes do Programa Ronda do Quarteirão] era a polícia da má vizinhança, vamos assim dizer, né?” (Arquivo LEV, 2012).

⁷ Rosemary Almeida (2011) caracteriza policiamento comunitário “como uma lógica em que a interação entre policiais e cidadãos comuns é uma exigência e uma necessidade. Compreende-se que fazer segurança no mundo atual é ter a capacidade de agir em pleno contato com o outro, de forma inteligente, madura, serena. Não é apenas mais um programa simpático da área de Segurança Pública. É uma Política de Segurança Pública, experimentada nos mais diferentes cantos do mundo, com formas inventadas e reinventadas de acordo com as características de cada lugar.” (ALMEIDA, 2011:191).

⁸ César Barreira (2004) confronta as práticas de gestão da segurança pública com o discurso de modernidade empregado no Ceará, a partir do Governo de Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Destacando que a convocação de especialistas norte americanos, o novo perfil dos secretários de segurança pública, entre outras modificações, não obtiveram resultados expressivos no combate a violência no estado.

Como podemos notar, segundo um dos representantes da classe policial, a categoria dos praças da PM do Ceará estava insatisfeita. As precárias condições de trabalho, a não reformulação do sistema de promoção, além de seus baixos salários e gratificações, corroboraram com o cenário de crise dentro dos órgãos de segurança pública do estado⁹.

Contexto

As redes sociais, especificamente o Orkut, se caracterizaram como local de intenso debate entre os policiais que compartilhavam as suas insatisfações no Grupo Polícia Militar do Ceará. Há época, eram vários os profissionais de segurança pública que acessavam a internet por meio de fakes, com o intuito de não serem identificados pelo Comando Geral; porém, muitos outros também utilizavam seu perfil pessoal para conversar sobre os conflitos existentes na PM cearense. Por conta disso, eram recorrentes as ameaças entre os membros do grupo, muitas vezes levadas a cabo com a abertura de Inquéritos Policiais Militares contra aqueles que demonstravam seu descontentamento com o Governo. Desta forma, as redes sociais tiveram um papel preponderante para a organização dos policiais militares; e por atuar como meio comunicacional entre eles em todo o estado, propiciou que várias manifestações fossem acionadas por lideranças a partir de um local acessível, sem custos financeiros e de relativa dificuldade de identificação.

A partir desse contexto, um grupo de policiais militares passou a organizar movimentos reivindicatórios pontuais, como também a patrocinar outdoors em toda a cidade, nos quais existia a frase: Quanto vale a vida de um policial? Esta ação foi inicialmente organizada com o apoio da Associação dos Guardas Municipais do estado do Ceará – ASGMEC, que havia apoiado a candidatura do Soldado Rômulo Eustáquio ao cargo de presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará. Soldado Rômulo havia concorrido com o apoio do Capitão Wagner de Sousa, não tendo obtido êxito neste pleito.

Com este resultado, Márcio Cruz, então presidente da Associação dos Guardas Municipais do Ceará, convida o grupo derrotado para fundarem, juntos, a Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará – APROSPEC. Esta associação

passou a ser presidida pelo Capitão Wagner, considerado pelos demais membros como o ator mais representativo dos anseios dos profissionais de segurança. Assim, a referida Associação teve como objetivo aglutinar não apenas policiais militares e guardas municipais, mas também policiais civis, perícia forense, e todos aqueles que de alguma forma participavam como agentes da segurança pública no Ceará.

Após a fundação da APROSPEC, passou a ser objetivo da instituição eleger Wagner de Sousa como deputado estadual, realizando sua campanha baseada no discurso de líder da categoria dos profissionais de segurança pública do Ceará, além da luta pela diminuição das taxas de violência no estado. Capitão Wagner então se filia ao Partido da República, comandado pelo ex-governador Lúcio Alcântara e pelo então prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa. Alcântara e Pessoa são considerados adversários políticos diretos do grupo de Ciro Gomes, tendo em vista que Cid Gomes venceu as eleições para o governo do estado contra Lúcio, que tentava a reeleição. Já Roberto Pessoa é considerado desafeto pessoal de Ciro e de Cid Gomes, tendo travado inúmeros embates com os irmãos. Um dos principais conflitos entre os políticos se deu a partir de várias acusações mútuas, nas quais se referiam ao outro por vários adjetivos pejorativos, a exemplo de ‘vagabundo’ e ‘bandido’, ao ter como suposto fim a agressão física de Ciro ao ex-prefeito¹⁰. Este contexto de acirramento político entre as lideranças do Partido da República com políticos do grupo de Ciro Gomes também foi vivenciado pelo Capitão Wagner de Sousa, como veremos mais adiante.

Após a eleição de outubro de 2010, Wagner de Sousa não alcançou a votação necessária para se tornar deputado estadual, tendo ficado como primeiro suplente com mais de 28 mil votos. Seu partido elegeu dois representantes, Leonardo Pinheiro e Fernanda Pessoa. O primeiro logo aderiu à base governista, não assumindo em nenhum momento o posicionamento de crítico da gestão. Esta última, filha de Roberto Pessoa, se caracterizou por fazer oposição ao Governo Estadual na Assembleia, contudo, sem grande força ou mobilização social, visto que no início do mandato realizou vários discursos previamente escritos, o que denotou pouco apelo emotivo e insegurança em suas palavras. Por vezes, Fernanda Pessoa era questionada pelos deputados governistas quanto à sua

¹⁰ Cenas do conflito podem ser acessadas, em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/bate-boca-roberto-pessoa-registra-bo-contraciro-gomes/>

inabilidade política, ao seu nervosismo e à sua inexperiência com o trato com os demais deputados.

Com a necessidade de se fortalecer um posicionamento de oposição ao grupo de Cid Gomes, no ano de 2011, os dirigentes do PR, em acordo com a APROSPEC, solicitaram uma licença de um pouco mais de três meses para Fernanda Pessoa, para que o primeiro suplente pudesse assumir sua vaga, tendo por obrigação intensificar um discurso crítico às atitudes do Governo do Estado do Ceará. Capitão Wagner de Sousa passa a discursar em todas as sessões da Assembleia Legislativa, sempre enfocando em seu discurso a temática da segurança pública e o reconhecimento da condição de pessoa detentora de direitos¹¹ dos policiais cearenses. Por vezes, os embates travados entre o Deputado e o líder do governo¹², como também com outros deputados, começaram a montar um cenário propício para a ascensão do Capitão como principal liderança dos operadores da segurança pública.

Paralelo às reivindicações políticas do Capitão Wagner, na Assembleia Legislativa, ocorreu manifestações organizadas pelas associações de classe, denominadas de sábados vermelhos. A primeira delas, realizada no dia 19 de dezembro de 2011, se constituiu como um movimento que visava chamar a atenção social para a condição de submissão do policial dentro da PM, atuando como preparativos para a organização da reunião do dia 29 de dezembro de 2011.

Dias depois, Wagner de Sousa convidou ao seu gabinete na Assembleia Legislativa representantes da classe policial. Este convite objetivava realizar uma reunião sobre os encaminhamentos a cerca das reivindicações da categoria por melhores salários e melhores condições de trabalho. Outro objetivo que Wagner sinalizou aos presidentes das Associações consistia em como resolver a situação de vários policiais que sofreram a abertura de IPMs e que estavam na iminência da expulsão da corporação. Outra reunião, marcada no período pré-greve, ocorre cerca de quatro dias antes da Assembleia Geral na sede da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará – ACSMCE. Nela, estavam presentes representantes de associações policiais de Pernambuco, Rio de Janeiro e de Goiás; o presidente da Associação das Praças da Polícia Militar do Ceará, Pedro

¹² Conflito entre Capitão Wagner e Antonio Carlos quanto a segurança pública no Ceará. <https://www.youtube.com/watch?v=IhFFu-qkaul>

Queiroz; o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará, Flávio Alves Sabino; um representante da OAB e assessoria jurídica das associações. Estas duas reuniões tiveram por objetivo organizar a Assembleia que deflagrou a greve da Polícia Militar do Ceará no ano de 2011.

A Assembleia Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará ocorreu no dia 29 de dezembro de 2011 no Ginásio Poliesportivo da Parangaba, na cidade de Fortaleza; caracterizou-se como um momento limiar na experiência profissional de vários policiais militares. Alguns com mais de vinte anos de corporação, participantes do movimento de 1997; outros, com poucos anos, constituíram aparente unidade nas reivindicações da categoria.

Aos 29 de dezembro de 2011, quinta-feira, a partir das 17 horas, o número de policiais presentes paulatinamente se eleva. Quase todos que chegavam vestiam blusas vermelhas, cor característica do movimento. Também vários punham capuzes com receio de uma possível identificação pelo Comando Geral da PM, através de policiais da Coordenadoria de Inteligência da Polícia Militar - COIN, que poderiam estar infiltrados.

Enquanto vários representantes de classe discursavam, foram emitidas palavras de ordem, gritos e uivos pelo demais policiais¹³. Após uma prece, acompanhada em uníssono pelos presentes, Capitão Wagner disse:

“Vamos votar! Quem quiser ficar na greve a hora é essa. Ninguém aqui é obrigado ficar, não. Quem não quiser ficar, fica desse lado direito. Agora, quem quiser ficar na greve, vai para a arquibancada, do lado esquerdo. Vamos lá! Vamos votar agora! Quem é que vai ficar pra greve? Aí, 90% foram pra arquibancada, queria a greve. 10% ficou...” (Entrevista de um Policial Militar concedida ao LEV).

Os grevistas permaneceram no Ginásio da Parangaba enquanto se decidia para onde os policiais iriam após paralisarem suas atividades, tendo em vista que a possibilidade de um cerco ao Ginásio era iminente. Então se ocupou o quartel da 6ª Companhia do 5º Batalhão, no bairro Antonio Bezerra, em Fortaleza. Escolhido por estar num local de grande movimento, com casas e prédios públicos próximos, o que provavelmente tornaria difícil uma possível invasão por parte dos membros das tropas de Choque.

Nos primeiros dias, as lideranças do movimento enfrentaram problemas quanto à participação dos policiais, tendo sido necessário realizar um trabalho de

13

convocação pelos representantes de classe. Na primeira noite em que dormiram no quartel, ligaram várias vezes para os policiais de serviço solicitando que as viaturas nas quais estes trabalhavam fossem levadas a 5ª Companhia. O Capitão Wagner visitou vários quartéis, dos quais o primeiro a integrar o movimento foi a 4ª Companhia do 6º Batalhão. Sua tática para convencer os policiais era explicar a necessidade de fazer o movimento e o direito da categoria de se manifestar. Depois destes, outras viaturas começaram a aderir paulatinamente. Relato abaixo um trecho de nossas anotações em uma entrevista não gravada. Estas foram realizadas ao entrevistar um policial militar que estava de serviço entre a madrugada do dia 29 e 30 de dezembro:

Em sua patrulha, várias vezes recebeu a ligação de um tenente e de um Capitão, os quais afirmavam que os policiais que parassem aquela noite poderiam ser presos. Tais ligações se deram porque em sua ronda noturna fez várias pontes¹⁴ com outros policiais que trabalhavam naquela noite. Seus companheiros de viatura disseram que não iriam parar, muito menos, levar o carro para a 6ª do 5º. Nesse ínterim de conversas com outros policiais que estavam de serviço, recebeu várias ligações daqueles que já haviam aderido ao movimento, pedindo-lhe para parar. Resolveu ligar para uma liderança grevista e pediu para que um grupo de policiais que já haviam aderido ao movimento buscasse a viatura. Quando esses chegaram, puseram panos nas câmeras, que tem por finalidade observar a conduta dos policiais dentro da viatura. Aos superiores, ele relatou que foi retirado de dentro do veículo junto com os demais companheiros e que a viatura foi levada. No entanto, meu interlocutor afirma que dirigiu o carro até o local onde os policiais estavam reunidos. Quando a viatura chegou ao Quartel, situado no bairro Antônio Bezerra, o local ainda estava com poucas pessoas e cerca de dez ou quinze viaturas paradas. A cada veículo que chegava era uma comemoração: aplausos, uivos, palmas. Aqueles que levavam a viatura não saíam mais, continuaram até o final da paralisação por vontade própria. (Entrevista concedida ao LEV)

O dia a dia no quartel foi repleto de tensão e medo. Sempre surgia o boato que o Batalhão de Choque iria invadir o local por ordem do Governo do Estado. Estes sentimentos se dão, pois poucos policiais dos batalhões de elite da PM aderiram ao movimento paredista. Segundo a maioria dos informantes, aqueles policiais que realmente paralisaram as suas atividades não estão mais hoje nesses grupos especiais¹⁵. No entanto, somente após o réveillon, no quarto dia de greve, que obtivemos relatos sobre a intensificação de um grande contingente de policiais no Quartel.

Foi-nos relatado em várias entrevistas e conversas que o momento de maior tensão ocorreu quando o Exército ameaçou invadir o local. Especulava-se que o CHOQUE estava no local para defender os policiais desarmados em caso de confronto

¹⁴ Marcar um ponto de encontro com outras viaturas até as ruas limítrofes do seu perímetro de trabalho.

com o Exército, no entanto, alguns policiais não acreditavam que o referido batalhão faria isso. Quanto a essa informação, os relatos se mesclam e divergem. O que podemos afirmar é que o Exército não invadiu. Conversou com as lideranças, pediu viaturas, no entanto não foram atendidos.

Nos vários dias da greve, uma comissão se dirigia diariamente para reuniões de negociação com o governo. Essas sempre resvalavam em impasses para a resolução do conflito. Vários oficiais foram ao local do evento com o objetivo de compreender como aquela manifestação se configurava. No entanto, foi relatado em vários depoimentos o quanto os praças *desconsideravam* a autoridade do oficial, “era o mesmo que não existir, quando eles passavam ninguém batia continência.” (Entrevista concedida no dia 9 de janeiro de 2013).

Em matéria, o jornal O Povo, também foi retratada a situação no local:

“Passar a noite num quartel policial lotado de militares em greve e ameaçado de invasão pelas Forças Armadas não é missão das mais fáceis. Mal se prega o olho, a comida desce quadrada e os ânimos se exaltam ao menor ruído similar ao de tiros. Foi assim a madrugada de ontem, no prédio da 6ª Companhia do 5º Batalhão, no bairro Antônio Bezerra. Chegava gente a todo momento para reforçar a paralisação. E o corredor de motos e viaturas com pneus vazios na estreita e residencial Rua Anário Braga só aumentava. Pelos corredores do quartel, tudo era um amontoado. Mulheres e crianças, garrafões de água, fogão industrial, caldeirões, colchões infláveis... A despensa era dormitório e depósito de mantimentos e lixo ao mesmo tempo. Equipes de voluntários alternavam-se na cozinha e na limpeza. Em vários pontos, luzinhas indicavam computadores ligados. O monitoramento de redes sociais acontecia o tempo todo. Assim como a divulgação de tudo o que acontecia referente à paralisação. Os homens perambulavam. Estavam inquietos com a possibilidade de o Exército adentrar o espaço e algum tipo de tragédia acontecer. Não se falava noutra coisa. E havia disposição para o possível confronto. No fim, nada de invasão do Exército. Nem de um ponto na greve”. (O Povo, 02 de janeiro de 2012)

No último dia de paralização, as redes sociais e os jornais da cidade noticiaram o passo a passo das ações do governo, dos policiais grevistas e da sociedade civil. Escolas, comércios e órgãos públicos foram fechados. O clima de medo e insegurança foi implantado no estado, como se pode ler na reportagem do dia três de janeiro de 2012, do jornal o Povo.

“Notícias de arrastões em Fortaleza se espalharam pelas redes sociais durante a tarde e a noite de ontem. No Twitter, usuários relataram ocorrências em diversos bairros da Capital. (...) Parte das notícias, no entanto, era real. O POVO confirmou pelo menos três arrastões, a partir de relatos de vítimas e testemunhas.” (O POVO, 3 de janeiro 2012).

O dia 03 de janeiro de 2012 configura-se como o estopim da desconsideração da tropa da Polícia Militar sobre o corpo de oficiais. Fortaleza encontrava-se deserta. O fluxo de carros era mínimo e aqueles que se viam trafegar viajavam no sentido praia ao interior do estado. Os voos do aeroporto Pinto Martins saiam lotados, todos os turistas deixaram a capital cearense às pressas.

A população aparentava estar atônita, não sabia como proceder. Os militares ameaçavam parar todas as unidades policiais. O corpo de bombeiros pretendia sair do aeroporto e os policiais que trabalhavam nos presídios estavam prestes a lançar mão de suas atividades. Temiam-se fugas e rebeliões. Anunciava-se que a situação do estado estava insustentável e que mais um dia de paralisação estaria caminhando para a falência da segurança pública cearense. Boatos ou não, o que é possível afirmar é que desde o início da greve, as negociações com o governo do estado punham-se em um impasse e que quase todas as ações de atores políticos resvalavam no agravamento do sentimento de ressentimento da tropa.

Com o comércio fechado, os empresários ainda calculavam o valor exato do prejuízo, que preliminarmente se aproximava de quatro milhões de reais. Nesse contexto, vários líderes, de instituições diversificadas, surgem para mediar às negociações com o governo do estado e com a sociedade civil, com o intuito de debatem alternativas com os líderes grevistas. Flávio Sabino, presidente da ACSMEC, relata algumas reuniões no decorrer do dia 03 de janeiro de 2012:

“Eu comecei com o CDL, às 10h30min eu estava com o presidente da CDL. Quando eu saí de lá, fui para a igreja evangélica Assembleia de Deus, onde estava tendo reunião de todo o ministério de pastores, capital e interior. Falei com eles, com todos esses pastores, pedi o apoio tanto espiritual quanto pedi o apoio em termos da liderança que eles tinham. Eu sabia que a noite eles estariam reunidos com seus fiéis, que são formadores de opinião e havia um risco iminente de invasão do local (onde os policiais estavam aquartelados). E nós sabíamos que se houvesse (a invasão) haveria derramamento de sangue, e a gente se preocupava muito com isso, muito mesmo, porque nós sabíamos que ali (...) era uma área residencial. (Entrevista com Flávio Sabino, concedida ao LEV).

A partir dos detalhes citados por Flávio Sabino, é possível compreender como os líderes grevistas procuraram não se isolar do contexto social. Na realidade, estes buscaram apoio de outras lideranças para constituir um capital político suficientemente significativo com o intuito de conseguirem manter uma força de negociação nas relações de conflito entre governo do estado e policiais. Tais tentativas foram propostas não

apenas a líderes religiosos, mas a empresários que possuíam influência direta no governo do estado, como conta no relato:

Então saímos de lá e fomos até ao SINDUSCON, Sindicato dos Construtores de Fortaleza, onde nós falamos lá com o presidente dos SINDUSCON, que é vice-presidente da FIEC. Então saímos de lá, fomos a Fé Comércio, falamos lá com o Luiz Gastão e fomos até ao Pastor Armando. Tudo isso no sentido de buscar apoio para que esses homens se mobilizassem junto ao governo do estado para que houvesse um canal de negociação, que fosse aberto esse canal e colocasse fim em tudo aquilo. Na Fé Comércio, Luis Gastão nos recebeu e disse de cara que não era a favor, que era contra o que nós estávamos fazendo, mas que nos entendia e os empresários se sentiam culpados por não terem acompanhado, apesar de ouvirem o nosso grito há muito tempo. Há muito tempo a gente vinha falando e as pessoas ignoram, achando que era mais uma categoria que queria apenas aparecer, isso e aquilo outro, e não levaram a sério e estavam pagando o preço. Então foi um momento muito delicado. Agora eu posso dizer claramente, aos 40 anos de idade, que eu sempre comentava que no meio da polícia, que quem manda no país são os políticos, sempre. Mas eu vi no dia 03 de janeiro de 2012, que nós estávamos completamente errados. Quem manda no país são os empresários. Políticos são apenas fantoches, porque a proposta que eu recebi do presidente da CDL, que não me recordo o nome no momento. Tudo o que eu falei com aquele homem ele anotou ponto por ponto. Procurava me entender e me perguntava sobre cada coisa. E quando se tratou da questão salarial, ele mesmo desenhou assim, nos fez uma sugestão de proposta, né? Se o governo nos fizesse tal proposta nós aceitávamos? Que não era possível projetarmos em razão de uma maneira fracionária. E a proposta que aquele homem nos fez, vamos assim dizer, não é? Que nos sugestionou naquele momento, foi a mesma que às 14h30min o governo fez. E na entrevista, na primeira entrevista que o governador deu na televisão, na TV O Povo, ele cita exatamente que atendeu essas pessoas no gabinete dele lá, no dia três”. (Entrevista com Flávio Sabino, concedida ao LEV).

Ao saírem da reunião, as lideranças grevistas voltam ao quartel onde um enorme contingente da tropa se encontrava. Ao anunciar as propostas do governo, os líderes foram ovacionados. Vários policiais e familiares choravam, existia um clima de vitória, pois os policiais militares foram a primeira categoria com a qual o governo negociou em estado de greve. Assim, na madrugada do dia 03 de janeiro de 2012, ao aceitarem as propostas, foi anunciado o fim da paralisação de seis dias da Polícia Militar do Ceará.

Acusações

No ano de 2012 foram realizadas eleições para os cargos de prefeito e de vereadores. Em Fortaleza, o grupo de Cid Gomes conseguiu eleger Roberto Cláudio ao cargo de prefeito, em contraponto, o vereador mais votado da cidade foi Wagner de Sousa. Márcio Cruz, diretor da APROSPEC, também foi eleito ao cargo de vereador.

Neste momento, apenas uma associação de membros da segurança pública conseguiu eleger dois representantes.

É válido destacar a quantidade de votos dos vereadores eleitos. Em 2010, em todo o Ceará, Capitão Wagner conseguiu em torno de 28 mil votos, já na eleição de 2012, apenas na cidade de Fortaleza, foram mais de 43 mil, tornando-se o vereador mais votado da história da cidade; já Márcio Cruz conseguiu cerca de três mil votos, sendo eleito através do coeficiente eleitoral do partido, o mesmo do Capitão Wagner.

Na Câmara de Vereadores, Capitão Wagner passou a se destacar como um dos principais opositores da gestão municipal, mas não apenas isso. Seus pronunciamentos reverberavam na política estadual, o que deu a tônica de inúmeros conflitos entre o Governo do Estado e a Prefeitura com o parlamentar. Como vereador, Cap. Wagner continuou a denunciar problemas na gestão da segurança pública, como também a reivindicar direitos aos policiais. Na fala abaixo, o vereador faz menção a um caso específico, mas que pode servir como exemplo para muitos outros pronunciamentos de sua autoria. Este relata a questão dos direitos do militar, externando em tom de denúncia o suicídio do Soldado Lima¹⁶.

“O militar estava trabalhando normalmente, estava no seu dia de serviço na viatura, e o vídeo de monitoramento de segurança percebeu um ‘problema gravíssimo’, percebeu que o policial estava sem a cobertura. A cobertura é aquela boina que ele utiliza na cabeça. Em virtude desse problema, o Major que é responsável pelo vídeo monitoramento fez uma ligação para a viatura determinando que o policial colocasse a boina na cabeça. E o policial informou: Major, eu estou com um atestado médico, com problema de seborreia, a viatura está com o ar-condicionado quebrado, minha cabeça está coçando. Eu não quero deixar de trabalhar, quero continuar trabalhando. E o Major disse: coloque a boina na cabeça, que eu estou determinando. O policial questionou e o Major determinou que a viatura saísse da área de serviço para ir ao local do vídeo monitoramento para que o Major passasse a constranger o policial militar. Até que o Major, além de tudo isso, fez uma comunicação disciplinar desse soldado. O soldado me ligou e disse o que tinha ocorrido, aí eu disse: meu irmão, não se preocupe não, a assessoria jurídica da Associação, os advogados vão lhe defender. Aí o advogado pediu a cópia da ligação telefônica para provar que o Major que tinha transgredido uma ação disciplinar, não foi concedida a cópia da gravação e o policial militar foi condenado a cinco dias de prisão porque não estava com a boina na cabeça, mesmo com um atestado médico. Resultado: ontem, o policial estava na residência de um amigo e tentou se enforcar, não conseguiu se enforcar porque um amigo evitou, mas num descuido do amigo, ele pegou a sua arma, a sua pistola, e efetuou um

¹⁶ Para Leiner (1997), a rígida hierarquização constitui o fio condutor na formulação do princípio militar, implicando na subordinação permanente do soldado, tendo em vista que o militar deve obedecer a seu superior ainda em assuntos civis, ou seja, a regulação da vida do militar é constante. Esta regulamentação, por vezes, interfere no dia-a-dia do policial, causando problemas tanto físicos quanto psicológicos.

disparo na cabeça, e esse disparo levou o policial a óbito. Eu queria dizer que a perseguição, na polícia militar, é um absurdo. Eu queria informar para a população que eu fui formado na Academia durante três anos, eu passei três anos sendo doutrinado na disciplina militar. Mas o soldado Lima passou três meses na academia, três meses. Ele não teve uma formação militar, teve uma formação profissional, o próprio nome do curso é Curso de Formação Profissional, não é mais Curso de Formação de Soldado de Fileira, não. Não existe mais este curso na Polícia Militar, você não dá mais o treinamento militar e no final você quer cobrar que o cidadão seja preparado para esse treinamento. É uma cobrança absurda, uma cobrança que chega ao extremo, vir a se suicidar por esta ação praticada em virtude dessa má formação militar (sic) (SOUSA, 2013).

Quanto à forma do discurso do Vereador Capitão Wagner de Sousa, nota-se que este mantém uma fala agressiva ao exigir reconhecimento do Comando Geral aos praças da Polícia Militar. Reclama que o oficialato da PM utiliza de prerrogativas como a hierarquia para impor ao praça uma situação de rebaixamento e de desconsideração quanto à sua condição dentro da instituição¹⁷. E é aqui, na negação e desconsideração do valor ao indivíduo, que reside à premissa do Insulto Moral. É ao perceber que a exigência por reconhecimento está inserida num contexto que vai além de leis, constituindo-se em ações que garantem um respeito construído e consolidado dentro do grupo, que, por vezes, se utiliza de atos simples, mas repletos de significados, para demonstrar a prática de um Insulto Moral.

“Assim, todos estes discursos e declarações são pronunciamentos em alto grau de dramaticidade, onde os ouvintes são convocados a se situarem enquanto atores nas imagens reconstruídas pelo orador, e se deixam tocar simultaneamente nos planos da razão e da emoção.” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011:119).

Após a paralização da Polícia Militar do Ceará, que teve como um dos pontos de acordo a anistia administrativa dos policiais militares paredistas, foram instaurados Inquéritos pela Promotoria Militar com o intuito de investigar possíveis atos criminais dos policiais, a exemplo de danos ao patrimônio público. A partir do novo conflito, não apenas o Capitão Wagner, mas também o seu grupo, passaram a intensificar discursos de teor acusatório sobre os membros do Governo do Estado. O Vereador Marcio Cruz, em uma assembleia realizada para debater a anistia aos policiais militares em 2013, relatou um caso que havia ocorrido com sua mulher, a policial Ana Paula Brandão, quando

¹⁷ Axel Honneth (2003) debate a questão ao observar que a apoderação do corpo do indivíduo contra sua vontade produz neste um grau de humilhação que se caracteriza a partir de uma maior penetração psicológica do que apenas pela dor produzida ao corpo. Dessa forma, o uso de tal prerrogativa dos oficiais exerce sobre os praças “o sentimento de estar sujeito à vontade de outro, sem proteção, chegando à perda do senso da realidade” (HONNETH, 2003:215).

convocada a comparecer a uma junta médica, na qual um oficial médico lhe coagiu psicologicamente. Após o relato, afirmou que o promotor militar não deveria ter se retirado para poder escuta-lo; acusando de amistosas as possíveis relações entre a Justiça Militar e o Governo do Estado.

Somado a isso, os discursos da Deputada Patrícia Saboya na Assembleia Legislativa passaram a constituir o cenário político, apontando contra a figura do Capitão Wagner de Sousa e seus companheiros de partido acusações quanto às intenções e competência destes políticos.

“Esse capitão Wagner é um marginal. A senhora (Fernanda Pessoa) não teve coragem de abrir a boca quando o governador Cid Gomes esteve aqui, porque só traz discursos escritos. O Ciro é um cidadão e tem o direito de dizer o que quiser. Ele está certo, sim, vocês estão fazendo politicagem, terrorismo, com a Polícia que não aguenta mais essa situação. (...) Eu conheço o Ciro e, além de ser pai dos meus filhos é cidadão de bem e não tem mancha. E a partir de hoje, estarei aqui atenta para os discursos de quem quer que seja, para discursos de porcaria de capitão Wagner para falar de homem sério. E tenho dito!” (Diário do Nordeste, 2013)

Várias foram as trocas de insultos entre os representantes do grupo de Ciro Gomes e os representantes do grupo do Capitão Wagner, além de altercações dos mesmos em embates discursivos. A partir do exposto, é possível compreender um dos embates travado entre o Vereador Capitão Wagner de Sousa e o Secretário de Saúde do Ceará, Ciro Gomes. Neste, nas acusações de lado a lado foram proferidas, via facebook, palavras de forte teor moral. A fala de Ciro Gomes, repleta de acusações a ações e a condutas do Capitão Wagner, foi assim elaborada em sua página pessoal no facebook:

“O vereador investigado por chefiar milícia (posso provar) e que fez a cidade de Fortaleza de refém entregando a nossa população às gangs nos dias de motim que liderou junto com outros marginais infiltrados na Polícia Militar (tenho a família fortalezense como testemunha) deu mais uma vez um chique e como covarde que é, agride e faz insinuações em vez de fazer como homens fazem: falar e assumir diretamente a sua responsabilidade.

Seu chique só não vai desviar a atenção pro que interessa e só me ‘troco’ com este frouxo por que está em jogo o futuro do Ceará a quem me dedico há 36 anos sem nunca sequer ter respondido a qualquer tipo de representação.

O que importa pra população cearense é o seguinte: o vereador fuxiqueiro publicou um áudio de sua própria voz afirmando que foi convidado para ser o secretário de segurança do Ceará em caso de o Senador Eunício Oliveira ser eleito o próximo governador, com ‘carta branca’, disse. Eu acho isso uma aberração terrivelmente perigosa pro Ceará que enfrenta, de resto como todo o país, uma epidemia de violência sem precedentes e que, já agora gera consequências na disciplina da polícia que ele destruiu a meses. Ou isso é

verdade ou mentira. E o povo precisa saber se Eunício, empresário que vende segurança privada e nisso amealhou sua imensa fortuna, vai nomear um vereador, jovem, inexperiente, e investigado como chefe de milícia (o picareta correspondente a ele na bahia esteve preso por meses e tem processo correndo na justiça) como secretário de segurança pública do Ceará.

Quanto a mim, vou processar, outra vez, esse vereador covarde, mas em respeito à população cearense afirmo que nunca usei drogas na vida a não ser álcool moderadamente e nos finais de semana. Posso provar. E vc, Vereador Wagner, seu frouxo covarde, tem ao menos coragem de afirmar o que vc como uma verdadeira mocinha fuxiqueira anda escrevendo?" (sic) (10 de julho de 2013).

As palavras do Capitão Wagner, em resposta às de Ciro, também adquiriram forte teor acusatório ao adversário, tendo incisivos questionamentos à conduta moral do Secretário de Saúde do Ceará.

O irmão do Governador, Ciro Desocupado Ferreira Gomes, Sec de Saúde do Estado, que deveria estar preocupado com a emergência do HGF fechada aos finais de semana, com os hospitais precisando de médico pra funcionar, foi escalado pra chamar todo mundo pra briga. Mais uma vez ele me chama de chefe de milícia sem provas. Nós temos relatos na crônica policial de vários políticos envolvidos em orgias regadas a cocaína, bebidas, prostitutas e meu nome não aparece em nenhum desses relatos. Se não tivéssemos uma Assembleia Legislativa e um Judiciário tão submissos vc estaria no presídio da Papuda. Não se preocupe, pois se eu for Secretário de Segurança não vou acabar com todas as bocadas do Brasil, pois trabalharemos somente no Ceará, Vc poderá se satisfazer nos estados vizinhos. Eu não sabia que vcs tinham tanto medo de mim. (sic) (10 de julho de 2013).

É possível perceber que a fala dos dois políticos é repleta de termos que buscam a consideração social para si, imputando não somente ao outro, mas a alhures, características que são possivelmente consideradas como mal vistas ou até mesmo desonestas pela sociedade. É válido lembrar que na política, muitas vezes, acusações a determinado indivíduo são rebatidas pelo acusado através de estratégias discursivas; e que mesmo sendo citados pelo acusador os crimes infringidos de acordo com a lei, ele muitas vezes não o denuncia a justiça. Cabendo a aqueles que supostamente o infringiram de forma indecorosa, também se manifestar, lançando outras inúmeras acusações à figura do adversário. (TEIXEIRA, 2004).

No caso em análise, as falas dos atores estão repletas de termos que remetem a condição de homem, como pessoa de palavra, que assume o que diz e o que faz; procurando sempre se distanciar das atitudes do outro, que não se comporta como um verdadeiro homem que deve sempre manter o seu decoro. Exemplo está em como Ciro

compara Wagner a uma ‘mocinha fuxiqueira’, ressaltando que o Capitão, como homem, não deveria se esconder atrás da fala de outros.

Outra fonte de teor acusatório se liga ao modo como imputam um ao outro as características de indivíduos “covardes”, ou participantes de “orgias regadas a cocaína, bebidas e prostitutas”, adjetivos e ações que podem ser considerados distantes do perfil ideal de um político – homem sério, que respeita a mulher e os filhos, e que não se envolve em casos extraconjugais. Esta questão está ligada a forte assimilação social de que a vida pública é um reflexo da vida particular, podendo o eleitor avaliar as atitudes do político por meio de suas ações com seus parentes e também através de suas atividades corriqueiras e casuais. No caso de Ciro, Wagner o acusa de ser consumidor de substâncias ilícitas, o que o ex-governador de pronto rebate “em respeito à população cearense afirmo que nunca usei drogas na vida a não ser álcool moderadamente e nos finais de semana”. Esta afirmação de Ciro Gomes está diretamente ligada ao cumprimento da lei, mas também aos bons costumes socialmente defendidos. Tendo em vista que qualquer indivíduo maior de dezoito anos pode consumir álcool a qualquer dia ou horário, contudo, estabeleceu-se uma convenção social de que só se deve beber nos dias de folga para não “atrapalhar o trabalho” ou outras atividades consideradas “sérias”. No caso de Ciro Gomes, ele afirma somente beber apenas aos finais de semana, respeitando a confiança e o trabalho a ele dados pela população.

Também foi questionada por Ciro Gomes a experiência do Capitão Wagner como político e administrador para ocupar a Secretaria de Segurança Pública do Ceará. Quando a si, Ciro afirma sua experiência de 36 anos à frente de cargos importantes no Estado, deixando claro que a situação da Segurança Pública está com problemas por conta de questões gerais e específicas, desvinculadas do governo de seu Irmão. Aquelas referentes a uma “epidemia no Brasil”, não assolando apenas a cidade de Fortaleza; e estas por conta dos policiais que entraram em greve, chamados pelo Secretário de marginais. Não sendo a primeira vez que este qualifica os policiais militares que participaram da Greve de 2011¹⁸.

¹⁸ Ciro Gomes chama os Policiais de marginais fardados, podendo ser acessado, em: <https://www.youtube.com/watch?v=CTmfb64LPsY>

Referências

ALMEIDA, Rosemary. **Cidadania e Policiamento Comunitário**. In: BARREIRA, C. BATISTA, E. (In)Segurança e Sociedade: treze lições. Campinas-SP : Pontes Editores, 2011. p. 191-208.

ALMEIDA, Juniely. **Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997**. São Paulo – SP. Banco de teses USP, 2010.

_____. **Os pactos na cena política cearense: passado e presente**. In: HEREDIA, Beatriz M. A. (org.) Continuidades e rupturas na política cearense. Campinas-SP : Pontes Editores, 2008.

BARREIRA, César. **Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública**. São Paulo Perspec. vol.18 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2004.

BARREIRA, Irllys. A. F. . **A expressão dos sentimentos na política**. In: Carla Teixeira, Christina Chaves. (Org.). Espaços e Tempos da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, v. 01, p. 67-88.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Patrícia Saboia chama Capitão Wagner de ‘Marginal’ e denuncia complô entre PT e PR**. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/politica/blog-politica/patricia-saboia-chama-capitao-wagner-de-marginal-e-denuncia-complo-entre-pt-e-pr/>. Acessado em:13 de jul 2014.

DIÁRIO DO NORDESTE. **O Pau comeu entre Ciro Gomes, Ronivaldo Maia, Elaene Rodrigues e Roberto Brandão**. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/o-pau-comeu-entre-ciro-gomes-ronivaldo-maia-elaene-rodrigues-e-roberto-brandao/> .Acessado em:18 de jul 2014.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução: Luiz Repa; apresentação de Marcos Nobre. – São Paulo: Ed. 34, 2003.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Direito Legal e Insulto Moral: dilemas de cidadania no Brasil, Quebec e EUA**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. – (Coleção Direitos, conflitos e segurança pública) 2ª Ed.

_____. **Existe Violência sem Agressão Moral?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 23, n. 76, p. 136-146, jun. 2008.

O POVO. **Clima de medo com arrastões e boatos em Fortaleza**. Disponível em:http://www.2011.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/01/03/noticiafortalezajornal_2367312/clima-de-medo-com-arrastoes-e-boatos-em-fortaleza.shtml. Acessado em: 12 de jul 2013.

_____. **Ciro Gomes rasga cartaz e discute com manifestante**. Disponível em:<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/11/04/noticiasjornalpolitica,3157701/ciro-gomes-rasga-cartaz-e-discute-com-manifestante.shtml> Acessado em: 17 de ago. de 2014.

_____. **Roberto Pessoa registra BO contra Ciro Gomes.** Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/bate-boca-roberto-pessoa-registra-bo-contra-ciro-gomes/>

Acessado em: 21 de ago. de 2014.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra:** o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (Estado). Código de Disciplina nº 1, de 11 de janeiro de 2006. **Estatuto dos Policiais Militares do Ceará.** Fortaleza, CE, 28 jan. 2006. p. 1-117. Disponível em: <<http://intranet.pm.ce.gov.br/menu-esquerdo/diretrizes/estatuto2012.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Os Filhos do Estado:** auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia Política/UFRJ. 2002. (Coleção Antropologia Política: 15)

SOUSA, Wagner. **Discurso Deputado Capitão Wagner Sousa.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IhFFu-qkaul>. Acessado em: 16 de ago de 2014.

_____. **Discurso Deputado Capitão Wagner Sousa** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IhFFu-qkaul>. Acessado em: 18 de ago de 2014.

TEIXEIRA, C. C. (Org.) ; CHAVES, C. A. (Org.) . **Espaços e Tempos da Política.** Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2004. v. 1.

VIEIRA, Sulamita. **O Sertão em Movimento:** a dinâmica da produção cultural. Fortaleza : Expressão Gráfica e Editora, 2012.